

**Processo :** 225341-3/20  
**Origem :** INST PREV SERV PUB MESQUITA MESQUITAPREV  
**Setor :**  
**Natureza :** PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DE GESTÃO  
**Interessado :** LEANDRO MACHADO FERREIRA  
**Observação :** REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2019

**Senhor Coordenador-Geral,**

Trata o presente da **PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DE GESTÃO** do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE MESQUITA - MESQUITAPREV**, relativa ao exercício de **2019**.

### 1- DAS CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Considerando critérios consubstanciados na legislação que rege a matéria, a presente prestação de contas será analisada com base na verificação de questões normativas, conforme fontes abaixo demonstradas:

<b>FONTES DOS CRITÉRIOS</b>	Lei Complementar Estadual n.º 63/90; Regimento Interno do TCE-RJ, aprovado pela Deliberação TCE-RJ n.º 167, de 10 de dezembro de 1992; Deliberação TCE-RJ n.º 277, de 24 de agosto de 2017; Lei Complementar n.º 101, de 05 de maio de 2000 (LRF); Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964; Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP) Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), aprovado pela Portaria STN n.º 877, de 19 de dezembro de 2018 e Portaria Conjunta STN/SOF n.º 6, de 19 de dezembro de 2018; Plano de Contas Aplicada ao Setor Público – PCASP (IPC 00 anexo III); Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC's) e Portarias STN; Emendas Constitucionais nº 20/98 e 41/03; Leis Federais nºs 9.717/98, 9.796/99, 10.887/04, 13.485/17 e 13.846/19; Portarias MPS; Resolução CMN.
-------------------------------------	---

Dentre os elementos que devem integrar os processos de Prestação de Contas Anual de Gestão, conforme preceitua o artigo 5º da Deliberação TCE-RJ n.º 277/17, verifica-se que foram apresentados os seguintes:

**Anexo II da Deliberação TCE-RJ nº 277/17**

Item	Documentos	Fls.
1	Ofício de encaminhamento assinado pelo titular da unidade jurisdicionada ou responsável competente.	01
2	Cadastros dos responsáveis, conforme <b>Modelo 1</b> : - do responsável pelas contas; - do responsável pelo encaminhamento das contas; - do responsável pelo setor contábil; - do responsável pelo órgão de controle interno competente; - de outros responsáveis, conforme os casos previstos nos § 3º e § 4º, artigo 10 da Deliberação TCE/RJ nº 277/17, se for o caso.	02 (Nota 1), 103/105
3	Balancete Analítico evidenciando o saldo inicial, os créditos e débitos e o saldo final em 31/12.	03 (Nota 1), 106/116
4	Comparativo da Receita Orçada com Arrecadada, de acordo com o Anexo 10 da LF nº 4.320/64.	04/05
5	Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada, de acordo com o Anexo 11 da LF nº 4.320/64.	06/07
6	Demonstração das Variações Patrimoniais, de acordo com o MCASP vigente no exercício em análise.	08 (Nota 1), 117
7	Balanço Orçamentário, de acordo com o MCASP vigente no exercício em análise, acompanhado dos quadros: - execução de Restos a Pagar Não Processados; - execução de Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados.	09 (Nota 1), 118/121
8	Balanço Financeiro, de acordo com o MCASP vigente no exercício em análise.	10 (Nota 1), 122/123
9	Balanço Patrimonial, de acordo com o MCASP vigente no exercício em análise, acompanhado dos quadros: - dos ativos e passivos financeiros e permanentes; - das contas de compensação; - do superávit/déficit financeiro.	11 (Nota 1), 124/129
10	Demonstração dos Fluxos de Caixa, de acordo com o MCASP vigente no exercício em análise.	12 (Nota 1), 130/131
11	Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, na forma estabelecida pelo MCASP vigente no exercício em análise.	13 (Nota 1), 152/159
12	Demonstrativo da Dívida Flutuante, de acordo com o Anexo 17 da LF nº 4.320/64.	14
13	Demonstrativo da Dívida Fundada, de acordo com o Anexo 16 da LF nº 4.320/64.	15
14	Quadro Auxiliar das Disponibilidades Financeiras e Quadros 1 e 2, conforme <b>Modelo 2</b> .	16 (Nota 1), 132/146 e 160
15	Relatório elaborado pelo órgão de controle interno competente, com conteúdo mínimo previsto no <b>Modelo 3B</b> , além de outros considerados na abordagem baseada em risco para definição do escopo da auditoria e da natureza e extensão dos procedimentos aplicados, acompanhado de Certificado de Auditoria, com parecer conclusivo sobre a regularidade ou irregularidade das contas dos responsáveis.	17/18 (Nota 1)
16	Declaração do Gestor informando as medidas tomadas para saneamento das irregularidades, caso encontradas em relatório de auditoria realizada pelo controle interno competente.	147

Item	Documentos	Fls.
17	Declaração do Responsável pelo Setor Contábil, conforme <b>Modelo 4</b> .	19 (Nota 1), 148/149
18	Cópia da Lei de criação do órgão previdenciário atualizada.	20/51
19	Relação das Unidades Gestoras do ente que devem contribuir para com o RPPS, tendo por competência o exercício em análise, conforme <b>Modelo 8</b> .	52
20	Demonstrativo Consolidado evidenciando o montante das transferências recebidas pelo RPPS para cobertura de déficit atuarial no exercício ou declaração expressa de não ocorrência, conforme Modelo 9.	53
21	Demonstrativo Consolidado evidenciando o montante das transferências recebidas pelo RPPS para cobertura de déficit financeiro no exercício ou declaração expressa de não ocorrência, conforme Modelo 10.	54 (Nota 1), 161
22	Demonstrativo discriminando os investimentos mantidos pelo RPPS de acordo com as normas definidas pela Portaria CMN nº 3.922/2010 ou alterações posteriores, conforme <b>Modelo 11</b> .	55 (Nota 1), 150
23	Cópia do Relatório de Avaliação Atuarial realizado por técnico habilitado ou entidade independente e legalmente habilitada, referente à data-base de avaliação do encerramento do exercício a que se refere a prestação de contas, observados os parâmetros gerais para a organização e revisão do plano de custeio e benefícios.	56 (Nota 1)
24	Demonstrativo que evidencie a memória de cálculo do limite legal da taxa de administração no exercício, explicitando o percentual definido em lei, a ser utilizada na cobertura das despesas administrativas do regime próprio de previdência social, conforme <b>Modelo 12</b> .	57
25	Demonstrativo que evidencie as despesas administrativas da unidade gestora do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS no exercício para fins de verificação quanto ao limite legal da taxa de administração, conforme <b>Modelo 13</b> .	58
26	Cópia do Relatório que definiu a política anual de investimentos e suas revisões, na forma do artigo 4º da Resolução CMN nº 3.922/2010 ou alterações posteriores, aprovado pelo órgão colegiado da unidade jurisdicionada.	59/90
27	Certificados dos responsáveis pela gestão dos recursos do RPPS no exercício, na forma estabelecida pela Portaria MPS nº 519/2011 ou alterações posteriores, conforme o caso.	91
28	Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP emitido pelo Ministério da Previdência Social, conforme critérios e exigências estabelecidos na Lei nº 9.717/1998 ou alterações posteriores, que atesta que o ente federativo segue normas de boa gestão, de forma a assegurar o pagamento dos benefícios previdenciários aos seus segurados, com validade na data de encerramento do exercício financeiro em análise.	92 (Nota 1), 162
29	Extrato Previdenciário com as informações sobre a situação do ente em relação a cada um dos critérios previstos na Lei nº 9.717/98 ou alterações posteriores, cuja regularidade é exigida para fins de emissão do CRP, com referência à data de encerramento do exercício financeiro em análise.	93 (Nota 1), 163
30	Demonstrativo dos montantes recebidos e pagos a título de compensação financeira no exercício, conforme estabelecido na Lei Federal nº 9.796/1999, regulamentada pelo Decreto Federal nº 3.112/1999, ou alterações posteriores, conforme <b>Modelo 14</b> .	94
31	Demonstrativo Consolidado evidenciando o valor das contribuições regulares (servidor e patronal) devidas e arrecadadas pelo RPPS, conforme <b>Modelo 34</b> .	95
32	Demonstrativo Consolidado evidenciando o valor das contribuições suplementares devidas e arrecadadas pelo RPPS, conforme <b>Modelo 35</b> .	96
33	Demonstrativo das Contribuições Regulares (servidores e patronal) devidas e efetivamente repassadas ao RPPS no exercício, referentes aos servidores que integram o quadro de pessoal do RPPS, conforme <b>Modelo 36</b> .	97
34	Demonstrativo das Contribuições Suplementares devidas e efetivamente repassadas ao RPPS no exercício, referentes aos servidores que integram o quadro de pessoal do RPPS, conforme <b>Modelo 37</b> .	98

Item	Documentos	Fls.
35	Demonstrativo das Contribuições (servidores e patronal) devidas e efetivamente repassadas ao RGPS no exercício, referentes aos servidores que integram o quadro de pessoal do RPPS, conforme <b>Modelo 38</b> .	99
36	Cópia dos Relatórios e pareceres de órgãos colegiados e entidades que devam se pronunciar sobre as contas ou sobre a gestão da unidade jurisdicionada no exercício em análise, consoante previsão em lei ou em seus atos constitutivos (Conselhos de Administração, Conselhos Fiscais, Conselhos Consultivos, Conselhos Deliberativos, Conselhos Municipais vinculados aos Fundos Especiais, dentre outros).	100 (Nota 1), (Doc. Anexo:35. 803-7/20) (Nota 2), (Doc. Anexo:37. 370-9/19) (Nota 3)
37	Cópia do Ato que designou formalmente o servidor responsável pela gestão dos recursos do RPPS, no caso de gestão própria da execução da política de investimentos, acompanhado da comprovação de que este foi aprovado em exame de certificação organizado por entidade autônoma de reconhecida capacidade técnica difusão no mercado brasileiro de capitais, conforme exigência da Portaria MPS nº 519/2011 ou alterações posteriores.	101

NA – Não Aplicável

**Nota1:** Registre-se que o constante às páginas: 02, 03, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 16, 17,18, 19, 54, 55, 56, 92, 93, e 100, deverá ser desconsiderado no exame, uma vez que o conteúdo das referidas ficou limitado a expressão “Está sendo providenciado”.

**Nota2:** O elemento documental foi apresentado em 16/12/2020, por intermédio do Doc. Anexo:35.803-7/20 (36. Relatórios e Pareceres de órgãos colegiados e entidades - PDF # 2132407).

**Nota3:** O elemento documental foi apresentado em 07/10/2020, por intermédio do Doc. Anexo: 37.370-9/19 (Parecer 001/2019 – Conselho Fiscal - MESQUITAPREV.PDF).

## 2- DOS RESPONSÁVEIS

Encontram-se a seguir relacionados os dados dos principais responsáveis pela Entidade Municipal no exercício em exame, conforme relação dos responsáveis e respectivos cadastros:

RESPONSÁVEL	NOME	PERÍODO
Pelas Contas	Murilo Sanches Rodrigues	01/01/2019 a 31/12/2019
Pelo encaminhamento das Contas	Leandro Machado Ferreira	(Nota 1)
Pelo Setor Contábil	Eliel Fernandes da Silva	01/01/2019 a 31/12/2019

RESPONSÁVEL	NOME	PERÍODO
Pela Órgão de Controle Interno Competente	Nicola Fabiano Palmieri	(Nota 2)

**Nota1:** Não foi remetido o cadastro do Responsável pelo envio das Contas (Sr. Leandro Machado Ferreira – atual Diretor-Presidente do MESQUITAPREV).

**Nota2:** Quanto ao período de gestão, consta no campo “6 – Observações” do cadastro (fl.105) somente a menção sobre a data de nomeação do responsável para o cargo em comissão de Controlador Geral do Município.

Da análise dos cadastros dos responsáveis (Modelo 1 da Deliberação TCE-RJ n.º 277/17), efetuou-se a verificação da seguinte questão normativa:

QUESTÕES NORMATIVAS		CONDIÇÃO			Fls.
		Sim	Não	NA	
2.1	Consta dos Cadastros do(s) Responsável(eis) informação atestando a entrega de suas Declarações de Bens e Rendas à Unidade de Pessoal, de acordo com art. 1º c/c o artigo 2º da Deliberação TCE-RJ n.º 180/94?		X		103/105

NA – Não Aplicável

Em face das verificações realizadas na documentação que integra os autos, constata-se:

Nº QUESTÃO NORMATIVA	DESCRIÇÃO
2.1	<p>Observa-se que os cadastros não foram remetidos adequadamente, deste modo será prudente solicitar o envio do cadastro relativo ao responsável pelo encaminhamento das contas em tela, bem como será oportuno o encaminhamento de novo cadastro que contenha informação fidedigna a respeito do período de gestão do titular do Órgão de Controle Interno, conforme o assentado nas notas nºs. 1 e 2.</p> <p>✓ As inconsistências identificadas serão consideradas no tópico proposta de encaminhamento.</p>

**3- DOS ASPECTOS GERAIS**

Da análise da documentação apresentada, efetuou-se a verificação das seguintes questões normativas:

QUESTÕES NORMATIVAS		CONDIÇÃO			Fls.
		Sim	Não	NA	
3.1	Os Demonstrativos Contábeis foram apresentados devidamente assinados pelo Responsável pelo Órgão e pelo Contabilista, na forma do artigo 15 da Deliberação TCE/RJ nº 277/17?	X			117/ 131.
3.2	Constam Notas Explicativas com informações complementares que auxiliem a análise dos Demonstrativos Contábeis, conforme orientação do MCASP, de acordo com a NBC TSP 11 – item 127 a 155?	X			152/ 159
3.3	Os saldos das contas guardam consonância com sua natureza devedora/credora, demonstrando a consistência das mesmas, conforme orientação da Parte IV do MCASP?	X			117/ 131.

NA – Não Aplicável

Em face das verificações realizadas na documentação que integra os autos, não foram constatadas impropriedades/irregularidades.

#### 4- DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Da análise dos elementos apresentados, foi observada a seguinte composição no período, ressaltando-se que a verificação dos demais aspectos orçamentários do Município é efetuada quando do exame da Prestação de Contas de Governo Municipal do exercício em análise.

**Tabela 1 - Execução Orçamentária da Receita**

Descrição	Valor (R\$)
(A) Receita Prevista (atualizada)	6.500.000,00
(B) Receita Arrecadada	36.342.619,40
<b>(C) Superávit/Déficit de Arrecadação (B-A)</b>	<b>29.842.619,40</b>

Fonte: Balanço Orçamentário, fls. 118/121.

**Tabela 2 - Execução Orçamentária da Despesa**

Descrição	Valor (R\$)
(A) Dotação Atualizada	14.300.000,00
(B) Despesa Realizada/Despesa Empenhada	7.931.272,92
<b>(C) Economia Orçamentária (A-B)</b>	<b>6.368.727,08</b>
(D) Despesa Liquidada	7.181.829,79
(E) Despesa Paga	7.141.307,35
<b>(F) Restos a Pagar não processados (B-D)</b>	<b>749.443,13</b>
<b>(G) Restos a Pagar processados (D-E)</b>	<b>40.522,44</b>

Fonte: Balanço Orçamentário, fls. 118/121.

A movimentação financeira decorrente da execução orçamentária se representa conforme quadro a seguir:

**Tabela 3 - Resumo da Movimentação Financeira decorrente da Execução Orçamentária**

Descrição	Valor (R\$)
(A) Receita Arrecadada	36.342.619,40
(B) Despesa Empenhada	7.931.272,82
(C) Transferências Financeiras Líquidas *	- 3.949.557,28
<b>(D) Superávit / Déficit (A-B) + C</b>	<b>24.461.789,30</b>

Fonte: Balanço Orçamentário e Financeiro, fls. 118/121, 122/123.

(\*) Transferências Financeiras Líquidas = transferência recebida (-) transferência concedida.

Uma vez que a Portaria STN nº 339/01 determina que as transferências financeiras não sejam registradas orçamentariamente, estas foram incluídas na tabela acima, a fim de apresentar a real situação da movimentação financeira decorrente da execução orçamentária do órgão/entidade.

Da análise da documentação pertinente, efetuou-se a verificação das seguintes questões normativas:

QUESTÕES NORMATIVAS		CONDIÇÃO			Fls.
		Sim	Não	NA	
4.1	O Balanço Orçamentário atende às normas estabelecidas na Lei n.º 4.320/64, bem como à nova estrutura estabelecida no MCASP?	X			118/ 121
4.2	A execução das despesas demonstrada no Balanço Orçamentário está condizente com o valor dos restos a pagar inscritos no exercício, informados no Balanço Financeiro, de acordo com o art. 103 da Lei n.º 4.320/64?	X			Tabela 2

NA – Não Aplicável

Em face das verificações realizadas na documentação que integra os autos, não foram constatadas impropriedades/irregularidades.



## 5- DA MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA

Da análise dos elementos apresentados, foi observada a seguinte composição no período:

**Tabela 4 - Balanço Financeiro**

Descrição	Valor (R\$)
<b>Saldo do Exercício Anterior (A)</b>	<b>125.674.627,65</b>
Receita Orçamentária	36.342.619,40
Transferências Financeiras Recebidas	0,00
Recebimentos Extraorçamentários	1.028.557,51
Despesa Orçamentária	7.931.272,92
Transferências Financeiras Concedidas	3.949.557,28
Pagamentos Extraorçamentários	606.736,90
<b>Saldo para o Exercício Seguinte (B)</b>	<b>150.558.237,46</b>
<b>Resultado Financeiro do Exercício (B) - (A)</b>	<b>24.883.609,81</b>

Fonte: Balanço Financeiro, fls. 122/123.

QUESTÕES NORMATIVAS		CONDIÇÃO			Fls.
		Sim	Não	NA	
5.1	O Balanço Financeiro atende às normas estabelecidas na Lei n.º 4.320/64, bem como à nova estrutura estabelecida no MCASP?		X		122/123
5.2	O saldo das Disponibilidades para o Exercício Seguinte (Balanço Financeiro) encontra-se devidamente registrado no Ativo Circulante (Balanço Patrimonial), permitindo o conhecimento da composição patrimonial previsto no art. 85 da Lei nº 4.320/64 c/c NBC TSP Estrutura Conceitual?	X			122/123, 124/129
5.3	O saldo das disponibilidades do exercício anterior no Balanço Financeiro confere com o saldo final da prestação de contas do exercício anterior?		X		122/123, Proc. TCE 242.747- 9/18 (fl.08)
5.4	O Quadro Auxiliar das Disponibilidades Financeiras (Modelo 2 da Deliberação TCE/RJ nº 277/17) apresenta informações consistentes e demonstra saldo final compatível com o Balanço Financeiro, em consonância com o art. 85 da Lei Federal nº 4.320/64?		X		132/146 e 160; 122/123

QUESTÕES NORMATIVAS		CONDIÇÃO			Fls.
		Sim	Não	NA	
5.5	O total do saldo contábil em 31.12, apontado no Quadro Auxiliar das Disponibilidades Financeiras (Modelo 2 da Deliberação TCE/RJ nº 277/17), confere com os registros do Ativo Circulante (Balanço Patrimonial), permitindo o conhecimento da composição patrimonial previsto no art. 85 da Lei nº 4.320/64?		X		132/146 e 160; 124/129
5.6	Os débitos e créditos, originados no exercício, em <b>valores expressivos</b> , estão identificados nos Quadros I e II do Modelo 2 da Deliberação TCE/RJ nº 277/17 e encontram-se satisfatoriamente justificados nos autos?		X		132/146
5.7	Havendo débitos e créditos, originados em exercícios anteriores, em <b>valores expressivos</b> , há informação nos Quadros I e II do Modelo 2 da Deliberação TCE/RJ nº 277/17 quanto à sua regularização no exercício em análise ou que justifique a não regularização destes?		X		132/146
5.8	A baixa (por pagamento) de Restos a Pagar evidenciada no Balanço Financeiro está em consonância com o registrado nos Anexos 1 e 2 que complementam o Balanço Orçamentário?		X		122/123, 120/121
5.9	O Demonstrativo da Dívida Flutuante evidencia que as receitas extraorçamentárias decorrentes de retenções previdenciárias, consignações, fianças e cauções estão sendo repassadas com regularidade a quem de direito, confirmando o caráter transitório dessas contas?		X		14
5.10	O saldo evidenciado no Demonstrativo da Dívida Flutuante confere com o registrado no passivo financeiro demonstrado no Balanço Patrimonial?		X		14, 124/129

NA – Não Aplicável

Em face das verificações realizadas na documentação que integra os autos, constata-se:

Nº QUESTÃO NORMATIVA	DESCRIÇÃO																				
5.1	<p>Registre-se que será solicitada explicações a respeito da conta contábil denominada “Perdas em Aplicações Financeiras”, compreendida pelo subgrupo contábil “Interferências Financeiras” do Balanço Financeiro, na importância de R\$ 3.949.557,28, na medida em que não vislumbramos amparo hábil da parte V do DCASP (itens 3.2, 3.3 e 3.4), abarcado pelo MCASP 8ª edição (válido a partir do exercício de 2019), para o uso da nomenclatura “Interferências Financeiras”, bem como será oportuno elucidar se o expressivo valor registrado na conta contábil “Perdas em Aplicações Financeiras” representa efetivo desembolso financeiro.</p> <p>✓ As inconsistências identificadas serão consideradas no tópico proposta de encaminhamento.</p>																				
5.3	<p>Verifica-se divergência, no valor de R\$ 78.843,59, entre o saldo das disponibilidades do exercício anterior evidenciado no presente Balanço Financeiro (fl.122), na soma de R\$ 125.674.627,65, e o saldo final para o exercício seguinte constante da prestação de contas do exercício anterior (Proc. TCE nº 242.747-9/19), na importância de R\$ 125.753.471,24, conforme o evidenciado a seguir:</p> <p><b>Informação extraída do Proc. TCE nº 242.747-9/19 (fl.08)</b></p> <p>Da análise dos elementos apresentados, foi observada a seguinte composição no período:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">Tabela 4 - Balanço Financeiro</th></tr> <tr> <th>Descrição</th><th>Valor (R\$)</th></tr> </thead> <tbody> <tr> <td><b>Saldo do Exercício Anterior (A)</b></td><td>108.668.945,40</td></tr> <tr> <td>Receita Orçamentária</td><td>28.668.168,40</td></tr> <tr> <td>Transferência Financeira Recebida</td><td>0,00</td></tr> <tr> <td>Recebimentos Extraorçamentários</td><td>2.890.368,35</td></tr> <tr> <td>Despesa Orçamentária</td><td>6.508.232,16</td></tr> <tr> <td><b>Interferências Financeiras</b></td><td>7.630.084,63</td></tr> <tr> <td>Pagamentos Extraorçamentários</td><td>335.694,12</td></tr> <tr> <td><b>Saldo para o Exercício Seguinte (B)</b></td><td><b>125.753.471,24</b></td></tr> </tbody> </table> <p>✓ A inconsistência identificada será considerada no tópico proposta de encaminhamento.</p>	Tabela 4 - Balanço Financeiro		Descrição	Valor (R\$)	<b>Saldo do Exercício Anterior (A)</b>	108.668.945,40	Receita Orçamentária	28.668.168,40	Transferência Financeira Recebida	0,00	Recebimentos Extraorçamentários	2.890.368,35	Despesa Orçamentária	6.508.232,16	<b>Interferências Financeiras</b>	7.630.084,63	Pagamentos Extraorçamentários	335.694,12	<b>Saldo para o Exercício Seguinte (B)</b>	<b>125.753.471,24</b>
Tabela 4 - Balanço Financeiro																					
Descrição	Valor (R\$)																				
<b>Saldo do Exercício Anterior (A)</b>	108.668.945,40																				
Receita Orçamentária	28.668.168,40																				
Transferência Financeira Recebida	0,00																				
Recebimentos Extraorçamentários	2.890.368,35																				
Despesa Orçamentária	6.508.232,16																				
<b>Interferências Financeiras</b>	7.630.084,63																				
Pagamentos Extraorçamentários	335.694,12																				
<b>Saldo para o Exercício Seguinte (B)</b>	<b>125.753.471,24</b>																				

5.4	<p>Identifica-se divergência expressiva entre o evidenciado no Quadro Auxiliar das Disponibilidades Financeiras e o demonstrado como saldo disponível para o exercício seguinte do Balanço Financeiro, tendo em vista que deixaram de ser informados, no sobredito quadro auxiliar, os valores de aplicações de curto prazo ou temporários mantidos em instituições financeiras, no valor agregado de R\$ 126.063.013,47.</p> <p>✓ A inconsistência identificada será considerada no tópico proposta de encaminhamento.</p>																																												
5.5	<p>Verifica-se divergência significativa entre o evidenciado no Quadro Auxiliar das Disponibilidades Financeiras e o demonstrado nos registros do <u>Ativo Circulante</u> (Balanço Patrimonial), tendo em vista que deixaram de ser informados os valores de aplicações de curto prazo ou temporários, no referido quadro auxiliar.</p> <p>✓ A inconsistência identificada será considerada no tópico proposta de encaminhamento.</p>																																												
5.6	<p>Observam-se eventos de débitos, originados no exercício, em <b>valores expressivos</b>, sem informação hábil, no Quadro I do Modelo 2, sobre os reais motivos das transferências, conforme o reportado a seguir:</p> <table><tr><th colspan="4">Conta bancária CEF nº 5-6</th></tr><tr><th colspan="4">Quadro I – Débitos</th></tr><tr><th colspan="4">Relativo ao Exercício Referência</th></tr><tr><td>Data do evento: 06/06/2019</td><td>Histórico: Prefeitura</td><td>Transf. p/</td><td>Valor: R\$8.891.001,05</td></tr><tr><td>Data do evento: 06/08/2019</td><td>Histórico: Prefeitura</td><td>Transf. p/</td><td>Valor: R\$3.380.299,95</td></tr><tr><td>Data do evento: 12/12/2019</td><td>Histórico: Prefeitura</td><td>Transf. p/</td><td>Valor: R\$2.076.051,11</td></tr></table> <table><tr><th colspan="4">Conta bancária CEF nº 17-0</th></tr><tr><th colspan="4">Quadro I – Débitos</th></tr><tr><th colspan="4">Relativo ao Exercício Referência</th></tr><tr><td>Data do evento: 07/06/2019</td><td>Histórico: Prefeitura</td><td>Transf. p/</td><td>Valor: R\$3.091.013,67</td></tr><tr><td>Data do evento: 05/09/2019</td><td>Histórico: Prefeitura</td><td>Transf. p/</td><td>Valor: R\$812.509,31</td></tr></table> <p>✓ A inconsistência identificada será considerada no tópico proposta de encaminhamento.</p>	Conta bancária CEF nº 5-6				Quadro I – Débitos				Relativo ao Exercício Referência				Data do evento: 06/06/2019	Histórico: Prefeitura	Transf. p/	Valor: R\$8.891.001,05	Data do evento: 06/08/2019	Histórico: Prefeitura	Transf. p/	Valor: R\$3.380.299,95	Data do evento: 12/12/2019	Histórico: Prefeitura	Transf. p/	Valor: R\$2.076.051,11	Conta bancária CEF nº 17-0				Quadro I – Débitos				Relativo ao Exercício Referência				Data do evento: 07/06/2019	Histórico: Prefeitura	Transf. p/	Valor: R\$3.091.013,67	Data do evento: 05/09/2019	Histórico: Prefeitura	Transf. p/	Valor: R\$812.509,31
Conta bancária CEF nº 5-6																																													
Quadro I – Débitos																																													
Relativo ao Exercício Referência																																													
Data do evento: 06/06/2019	Histórico: Prefeitura	Transf. p/	Valor: R\$8.891.001,05																																										
Data do evento: 06/08/2019	Histórico: Prefeitura	Transf. p/	Valor: R\$3.380.299,95																																										
Data do evento: 12/12/2019	Histórico: Prefeitura	Transf. p/	Valor: R\$2.076.051,11																																										
Conta bancária CEF nº 17-0																																													
Quadro I – Débitos																																													
Relativo ao Exercício Referência																																													
Data do evento: 07/06/2019	Histórico: Prefeitura	Transf. p/	Valor: R\$3.091.013,67																																										
Data do evento: 05/09/2019	Histórico: Prefeitura	Transf. p/	Valor: R\$812.509,31																																										

5.7	<p>Observa-se evento de débito, originado em exercícios anteriores, em <b>valor expressivo</b>, sem informação competente no Quadro I do Modelo 2, a respeito da regularização no exercício em análise ou justificativa de não regularização do mencionado, conforme o reportado a seguir:</p> <table><tr><th colspan="3">Conta bancária CEF nº 5-6</th></tr><tr><th colspan="3">Quadro I – Débitos</th></tr><tr><th colspan="3">Relativo ao Exercícios Anteriores</th></tr><tr><td>Data do evento: 05/12/2018</td><td>Histórico: Transf. p/ Prefeitura</td><td>Valor: R\$6.356.375,14</td></tr></table> <p>✓ A inconsistência identificada será considerada no tópico proposta de encaminhamento.</p>	Conta bancária CEF nº 5-6			Quadro I – Débitos			Relativo ao Exercícios Anteriores			Data do evento: 05/12/2018	Histórico: Transf. p/ Prefeitura	Valor: R\$6.356.375,14
Conta bancária CEF nº 5-6													
Quadro I – Débitos													
Relativo ao Exercícios Anteriores													
Data do evento: 05/12/2018	Histórico: Transf. p/ Prefeitura	Valor: R\$6.356.375,14											
5.8	<p>Constata-se <u>divergência</u> na rubrica Restos a Pagar, na importância de R\$ 293,44, entre a baixa (por pagamento) evidenciada no Balanço Financeiro e o registrado nos Anexos 1 e 2, que complementam o Balanço Orçamentário.</p> <p>✓ A inconsistência identificada será considerada no tópico proposta de encaminhamento.</p>												
5.9	<p>Observa-se no Demonstrativo da Dívida Flutuante que as retenções previdenciárias ao RGPS <u>não estão sendo repassadas com regularidade a quem de direito</u>, haja vista que o quantitativo baixado junto ao INSS, no valor de R\$ 3.680,35, representa o baixo percentual de 18,95% do montante registrado no exercício anterior somado ao quantitativo inscrito no período.</p> <p>✓ A inconsistência identificada será considerada no tópico proposta de encaminhamento.</p>												
5.10	<p>Verifica-se <u>divergência</u>, no valor de R\$ 1.343.796,22, entre o saldo evidenciado no Demonstrativo da Dívida Flutuante e o registrado no passivo financeiro demonstrado no Balanço Patrimonial.</p> <p>✓ A inconsistência identificada será considerada no tópico proposta de encaminhamento.</p>												

## 6- DO PATRIMÔNIO E SUAS VARIAÇÕES

Da análise dos elementos apresentados, foi observada a seguinte composição no período:

**Tabela 5 - Balanço Patrimonial**

Descrição	R\$	Descrição	R\$
Ativo Circulante	206.857.694,00	Passivo Circulante	1.671.760,55
Ativo Não Circulante	38.501.296,24	Passivo Não Circulante	114.626.410,08
<b>Total</b>	<b>245.358.990,24</b>	Patrimônio Líquido	129.060.819,61
		<b>Total</b>	<b>245.358.990,24</b>
Ativo Financeiro	164.087.497,49	Passivo Financeiro	3.561.578,97
Ativo Permanente	81.271.492,75	Passivo Permanente	114.626.410,08
<b>Saldo Patrimonial</b>			<b>127.171.001,19</b>
<b>Resultado Financeiro (Ativo Financeiro – Passivo Financeiro)</b>			<b>160.525.918,52</b>

Fonte: Balanço Patrimonial – fls.124/129.

**Tabela 6 - Conferência do Patrimônio Líquido - PL**

Variações Patrimoniais Quantitativas	Valor (R\$)
Variações Patrimoniais Aumentativas	27.999.661,41
Variações Patrimoniais Diminutivas	7.473.696,96
<b>Resultado Patrimonial do Período (A)</b>	<b>20.525.964,45</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO - PL</b>	
Resultado Acumulado do Exercício Anterior (B)	100.191.897,17
Ajustes de exercícios Anteriores (C)	78.154,17
Resultado Acumulado Apurado (D) = (A+B+C)	120.796.015,79
<b>Total do Patrimônio Líquido Apurado (D)</b>	<b>120.796.015,79</b>
<b>Total do Patrimônio Líquido (Extraído BP) (E)</b>	<b>129.060.819,61</b>
<b>Diferença (F)= (D)-(E)</b>	<b>-8.264.803,82</b>

Fonte: Balanço Patrimonial - fls. 124/129, DVP - fl. 117 e processo de PC do exercício anterior nº 242.747-9/19.

**Tabela 7 - Conferência do Saldo Patrimonial - Lei Federal nº 4.320/64**

Descrição	Valor (R\$)
(A) Patrimônio Líquido - BP	129.060.819,61
(B) <b>SALDO</b> de Restos a Pagar Não Processados a Liquidar em 31/12	750.786,88
(C) Saldo Patrimonial Apurado (A) - (B)	128.310.032,73
(D) Saldo Patrimonial Evidenciado no Balanço Patrimonial	127.171.001,19
<b>Diferença (E)= (C) - (D)</b>	<b>1.139.031,54</b>

Fonte: Balanço Patrimonial – fls.124/129 e Anexo 17- fl. 14.

Da análise da documentação pertinente, efetuou-se a verificação das seguintes questões normativas:

QUESTÕES NORMATIVAS		CONDIÇÃO			Fls.
		Sim	Não	NA	
6.1	O Balanço Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais atendem às normas estabelecidas na Lei n.º 4.320/64, bem como à nova estrutura estabelecida no MCASP?		X		124/129, 117
6.2	O Resultado Patrimonial evidenciado na Demonstração das Variações Patrimoniais é compatível com o respectivo registro no Balanço Patrimonial?		X		117, 124/129
6.3	O valor apurado como Patrimônio Líquido está condizente com o PL demonstrado no Balanço Patrimonial, conforme orientação do MCASP?		X		Tabela 6
6.4	O Patrimônio Líquido registrado na coluna “exercício anterior” é compatível com o seu saldo constante da prestação de contas do exercício anterior, permitindo o conhecimento da composição patrimonial prevista no MCASP?	X			124/129, Proc.TCE 242.747-9/19 (fls.250/255)
6.5	O Saldo Patrimonial registrado na coluna “exercício anterior” é compatível com o seu saldo constante da prestação de contas do exercício anterior, permitindo o conhecimento da composição patrimonial prevista no art. 85 da Lei nº 4.320/64?	X			124/129, Proc.TCE 242.747-9/19 (fls.250/255)
6.6	O Saldo Patrimonial apurado está condizente com aquele registrado no Balanço Patrimonial, nos termos da Lei nº 4.320/64 e do MCASP?		X		Tabela 7
6.7	Foi evidenciada a composição e apresentada Nota Explicativa quantos aos valores registrados nas rubricas “Ajuste de Exercícios Anteriores” e “Ajuste de Avaliação Patrimonial”?		X		152/159, 124/129

QUESTÕES NORMATIVAS		CONDIÇÃO			Fls.
		Sim	Não	NA	
6.8	O Resultado Financeiro apurado no Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes (Ativo Financeiro – Passivo Financeiro) guarda paridade com o total dos Recursos constante do Quadro do Superávit/Déficit Financeiro?	X			129, Tabela 5

NA – Não Aplicável

Em face das verificações realizadas na documentação que integra os autos, constata-se:

Nº QUESTÃO NORMATIVA	DESCRIÇÃO									
6.1	Verifica-se no Balanço Patrimonial analítico (fls.127/128) o comportamento inusitado das contas contábeis nºs: 2.3.7.1.1.02.00.00.00 - SUPERAVITS ou DEFICITS DE EXERCICIOS ANTERIORES e 2.3.7.1.1.03.00.00.00 - AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES, em razão das aludidas apresentarem situação em que o saldo escriturado na coluna do exercício anterior é idêntico ao valor registrado na coluna exercício atual, ou seja, não ocorreu qualquer modificação durante 2 (dois) exercícios consecutivos, conforme o demonstrado abaixo:									
	<table><tr><th>Conta</th><th>Exercício Atual (2019)</th><th>Exercício Anterior (2018)</th></tr><tr><td>2.3.7.1.1.02.00.00.00 - SUPERAVITS ou DEFICITS DE EXERCICIOS ANTERIORES</td><td>R\$27.643.951,06</td><td>R\$27.643.951,06</td></tr><tr><td>2.3.7.1.1.03.00.00.00 - AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES</td><td>R\$78.154,17</td><td>R\$78.154,17</td></tr></table>	Conta	Exercício Atual (2019)	Exercício Anterior (2018)	2.3.7.1.1.02.00.00.00 - SUPERAVITS ou DEFICITS DE EXERCICIOS ANTERIORES	R\$27.643.951,06	R\$27.643.951,06	2.3.7.1.1.03.00.00.00 - AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	R\$78.154,17	R\$78.154,17
	Conta	Exercício Atual (2019)	Exercício Anterior (2018)							
2.3.7.1.1.02.00.00.00 - SUPERAVITS ou DEFICITS DE EXERCICIOS ANTERIORES	R\$27.643.951,06	R\$27.643.951,06								
2.3.7.1.1.03.00.00.00 - AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	R\$78.154,17	R\$78.154,17								
Além disso, registre-se que a rubrica <u>Ajustes de Exercícios Anteriores</u> constou nas contas prestadas pelo MESQUITAPREV em 2017 (Proc. TCE nº 227.279-1/18 – Tabela 7 Conferência do Patrimônio Líquido), no exato valor de R\$ 78.154,17.										
	✓ A inconsistência identificada será considerada no tópico proposta de encaminhamento.									



6.2	<p>Observa-se que o Resultado do Exercício evidenciado no Balanço Patrimonial diverge, no valor de R\$ 8.342.957,99, do escriturado na Demonstração das Variações Patrimoniais, haja vista que o acréscimo incorporado ao Patrimônio Líquido do RPPS alcançou a soma de R\$ 28.868.922,44, ou seja, um valor bem superior ao resultado patrimonial extraído da DVP, na importância de R\$ 20.525.964,45, conforme o demonstrado a seguir:</p> <table border="1"> <tr> <td>(A) Patrimônio Líquido do Exercício Anterior</td><td>R\$ 100.191.897,17</td></tr> <tr> <td>(B) Patrimônio Líquido do Exercício Atual</td><td>R\$ 129.060.819,61</td></tr> <tr> <td><b>(C) Incremento (B-A)</b></td><td><b>R\$ 28.868.922,44</b></td></tr> <tr> <td>(D) Resultado Patrimonial extraído da DVP</td><td>R\$ 20.525.964,45</td></tr> <tr> <td><b>(E) Diferença (C-D)</b></td><td><b>R\$8.342.957,99</b></td></tr> </table> <p>✓ A inconsistência identificada será considerada no tópico proposta de encaminhamento.</p>	(A) Patrimônio Líquido do Exercício Anterior	R\$ 100.191.897,17	(B) Patrimônio Líquido do Exercício Atual	R\$ 129.060.819,61	<b>(C) Incremento (B-A)</b>	<b>R\$ 28.868.922,44</b>	(D) Resultado Patrimonial extraído da DVP	R\$ 20.525.964,45	<b>(E) Diferença (C-D)</b>	<b>R\$8.342.957,99</b>														
(A) Patrimônio Líquido do Exercício Anterior	R\$ 100.191.897,17																								
(B) Patrimônio Líquido do Exercício Atual	R\$ 129.060.819,61																								
<b>(C) Incremento (B-A)</b>	<b>R\$ 28.868.922,44</b>																								
(D) Resultado Patrimonial extraído da DVP	R\$ 20.525.964,45																								
<b>(E) Diferença (C-D)</b>	<b>R\$8.342.957,99</b>																								
6.3	<p>Constata-se divergência, na importância de R\$ 8.264.803,82, entre o valor apurado como Patrimônio Líquido e o Patrimônio Líquido demonstrado no Balanço Patrimonial, conforme o demonstrado a seguir:</p> <table border="1"> <tr> <th colspan="2">Tabela 6 - Conferência do Patrimônio Líquido - PL</th></tr> <tr> <th>Variações Patrimoniais Quantitativas</th><th>Valor (R\$)</th></tr> <tr> <td>Variações Patrimoniais Aumentativas</td><td>27.999.661,41</td></tr> <tr> <td>Variações Patrimoniais Diminutivas</td><td>7.473.696,96</td></tr> <tr> <td><b>Resultado Patrimonial do Período (A)</b></td><td><b>20.525.964,45</b></td></tr> <tr> <th colspan="2">PATRIMÔNIO LÍQUIDO - PL</th></tr> <tr> <td>Resultado Acumulado do Exercício Anterior (B)</td><td>100.191.897,17</td></tr> <tr> <td>Ajustes de exercícios Anteriores (C)</td><td>78.154,17</td></tr> <tr> <td>Resultado Acumulado Apurado (D) = (A+B+C)</td><td>120.796.015,79</td></tr> <tr> <td><b>Total do Patrimônio Líquido Apurado (D)</b></td><td><b>120.796.015,79</b></td></tr> <tr> <td><b>Total do Patrimônio Líquido (Extraído BP) (E)</b></td><td><b>129.060.819,61</b></td></tr> <tr> <td><b>Diferença (F) = (D) - (E)</b></td><td><b>-8.264.803,82</b></td></tr> </table> <p>✓ A inconsistência identificada será considerada no tópico proposta de encaminhamento.</p>	Tabela 6 - Conferência do Patrimônio Líquido - PL		Variações Patrimoniais Quantitativas	Valor (R\$)	Variações Patrimoniais Aumentativas	27.999.661,41	Variações Patrimoniais Diminutivas	7.473.696,96	<b>Resultado Patrimonial do Período (A)</b>	<b>20.525.964,45</b>	PATRIMÔNIO LÍQUIDO - PL		Resultado Acumulado do Exercício Anterior (B)	100.191.897,17	Ajustes de exercícios Anteriores (C)	78.154,17	Resultado Acumulado Apurado (D) = (A+B+C)	120.796.015,79	<b>Total do Patrimônio Líquido Apurado (D)</b>	<b>120.796.015,79</b>	<b>Total do Patrimônio Líquido (Extraído BP) (E)</b>	<b>129.060.819,61</b>	<b>Diferença (F) = (D) - (E)</b>	<b>-8.264.803,82</b>
Tabela 6 - Conferência do Patrimônio Líquido - PL																									
Variações Patrimoniais Quantitativas	Valor (R\$)																								
Variações Patrimoniais Aumentativas	27.999.661,41																								
Variações Patrimoniais Diminutivas	7.473.696,96																								
<b>Resultado Patrimonial do Período (A)</b>	<b>20.525.964,45</b>																								
PATRIMÔNIO LÍQUIDO - PL																									
Resultado Acumulado do Exercício Anterior (B)	100.191.897,17																								
Ajustes de exercícios Anteriores (C)	78.154,17																								
Resultado Acumulado Apurado (D) = (A+B+C)	120.796.015,79																								
<b>Total do Patrimônio Líquido Apurado (D)</b>	<b>120.796.015,79</b>																								
<b>Total do Patrimônio Líquido (Extraído BP) (E)</b>	<b>129.060.819,61</b>																								
<b>Diferença (F) = (D) - (E)</b>	<b>-8.264.803,82</b>																								
6.6	<p>Constata-se que o Saldo Patrimonial apurado está divergente, no valor de R\$ 1.139.031,54, do registrado no Balanço Patrimonial, conforme o demonstrado a seguir:</p> <table border="1"> <tr> <th colspan="2">Tabela 7 - Conferência do Saldo Patrimonial - Lei Federal nº 4.320/64</th></tr> <tr> <th>Descrição</th><th>Valor (R\$)</th></tr> <tr> <td>(A) Patrimônio Líquido - BP</td><td>129.060.819,61</td></tr> <tr> <td>(B) <b>SALDO</b> de Restos a Pagar Não Processados a Liquidar em 31/12</td><td>750.786,88</td></tr> <tr> <td>(C) Saldo Patrimonial Apurado (A) - (B)</td><td>128.310.032,73</td></tr> <tr> <td>(D) Saldo Patrimonial Evidenciado no Balanço Patrimonial</td><td>127.171.001,19</td></tr> <tr> <td><b>Diferença (E) = (C) - (D)</b></td><td><b>1.139.031,54</b></td></tr> </table> <p>✓ A inconsistência identificada será considerada no tópico proposta de encaminhamento.</p>	Tabela 7 - Conferência do Saldo Patrimonial - Lei Federal nº 4.320/64		Descrição	Valor (R\$)	(A) Patrimônio Líquido - BP	129.060.819,61	(B) <b>SALDO</b> de Restos a Pagar Não Processados a Liquidar em 31/12	750.786,88	(C) Saldo Patrimonial Apurado (A) - (B)	128.310.032,73	(D) Saldo Patrimonial Evidenciado no Balanço Patrimonial	127.171.001,19	<b>Diferença (E) = (C) - (D)</b>	<b>1.139.031,54</b>										
Tabela 7 - Conferência do Saldo Patrimonial - Lei Federal nº 4.320/64																									
Descrição	Valor (R\$)																								
(A) Patrimônio Líquido - BP	129.060.819,61																								
(B) <b>SALDO</b> de Restos a Pagar Não Processados a Liquidar em 31/12	750.786,88																								
(C) Saldo Patrimonial Apurado (A) - (B)	128.310.032,73																								
(D) Saldo Patrimonial Evidenciado no Balanço Patrimonial	127.171.001,19																								
<b>Diferença (E) = (C) - (D)</b>	<b>1.139.031,54</b>																								

6.7	<p>Observa-se que não constou do rol das notas explicativas, referente ao balanço patrimonial, qualquer informação acerca da composição do saldo da conta "Ajustes de Exercícios Anteriores", no valor de R\$78.154,17.</p> <p>✓ A inconsistência identificada será considerada no tópico proposta de encaminhamento.</p>
-----	---

## 7- DO RELATÓRIO DO RESPONSÁVEL PELO SETOR CONTÁBIL

Da análise da Declaração do Responsável pelo Setor Contábil (modelo 4, da Deliberação TCE-RJ n.º 277/17), efetuou-se a verificação da seguinte questão normativa:

QUESTÕES NORMATIVAS		CONDIÇÃO			Fls.
		Sim	Não	NA	
7.1	O Responsável pelo Setor Contábil atesta a regularidade dos itens constantes do Relatório?		X		148/149

NA – Não Aplicável

Em face das verificações realizadas na documentação que integra os autos, constata-se:

Nº QUESTÃO NORMATIVA	DESCRIÇÃO
7.1	<p>Observa-se que o Responsável pelo Setor Contábil <u>não atestou a conformidade de pontos de controle que compõem o Relatório</u>, conforme o reportado a seguir:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A regularidade da execução orçamentaria da despesa;</li> <li>• A paridade do saldo do ativo em caixa e equivalentes de caixa, investimentos e aplicações com o controle apresentado pela Tesouraria;</li> <li>• A identificação e regularização dos débitos e créditos não contabilizados, nas conciliações bancárias, originados no exercício;</li> <li>• A identificação e regularização dos débitos e créditos não contabilizados, nas conciliações bancárias, de exercícios anteriores;</li> <li>• A inexistência de ilegalidades ou irregularidades, bem como falhas que tenham causado ou possam causar prejuízo ao erário.</li> </ul>

Além do exposto, consideramos necessário consignar às notas explicativas elaboradas pelo responsável, que estão relacionadas aos referidos itens de controle em desconformidade, a saber:

Notas Explicativas (em caso da condição ser NÃO ou alguma irregularidade/impropriedade for detectada):

(1) Não há regularidade da execução orçamentária das despesas pois foram feitas transferência de recurso para a conta da Prefeitura sem prévio empenho, conforme detalhado na pg 7 das Notas Explicativas;

(2) (3) e (4) O Instituto não possui responsável patrimonial, não foram encontrados registro dos bens recebidos em doação, nem dos computadores que foram empenhados equivocadamente na rubrica de Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica, conforme detalhado na pg 7 das Notas Explicativas;

(5) Não há paridade do saldo do Ativo em Caixa com o controle apresentado pelo setor de Tesouraria, pois foram feitas transferências sem empenho o que deixou o saldo contábil elevado;

(6) e (7) Os débitos foram identificados neste exercício e em exercícios anteriores, mas a regularização depende de apuração do fato gerador;

(8) O processo administrativo 10/10895/20 foi aberto com o intuito de apontar os erros encontrados e identificar a origem da transferência dos recursos.

✓ As inconsistências identificadas serão consideradas no tópico proposta de encaminhamento.

## 8- DO PRONUNCIAMENTO DO ÓRGÃO CENTRAL DO CONTROLE INTERNO

Da análise da documentação pertinente, efetuou-se a verificação das seguintes questões normativas:

QUESTÕES NORMATIVAS		CONDIÇÃO			Fls.
		Sim	Não	NA	
8.1	No Relatório do Controle Interno e Certificado de Auditoria, há indicação de conformidade das contas?		X		17/18
8.2	O contabilista responsável pela emissão do Certificado apresentou a identificação da sua inscrição junto ao Conselho Regional de Contabilidade?			X	17/18
8.3	O Relatório de Controle Interno aponta impropriedades e/ou irregularidades coerentes com o detectado em nosso exame processual?			X	17/18

QUESTÕES NORMATIVAS		CONDIÇÃO			Fls.
		Sim	Não	NA	
8.4	No caso de terem sido encontradas impropriedades e/ou irregularidades no Relatório do Controle Interno, foram adotadas medidas pelo Gestor para saneamento das mesmas?			X	17/18

NA – Não Aplicável

Em face das verificações realizadas na documentação que integra os autos, constata-se:

Nº QUESTÃO NORMATIVA	DESCRIÇÃO
8.1 à 8.4	<p>As verificações dos critérios relativos à estas questões normativas estão prejudicadas nesta fase, em razão do não encaminhamento do relatório a cargo da unidade central de controle interno e do Certificado de Auditoria, contrariando o previsto nos termos do item 15 do anexo II da Del. TCE/RJ nº 277/17.</p> <p>No que concerne ao apresentado às fls.17/18, <u>registre-se que foi apresentada a expressão “<b>Está sendo providenciado</b>”.</u></p> <p>✓ A inconsistência identificada será considerada no tópico proposta de encaminhamento.</p>

## 9- DAS UNIDADES GESTORAS QUE CONTRIBUEM PARA O RPPS

Conforme Modelo 8 da Deliberação TCE-RJ nº 277/17, constata-se as seguintes unidades gestoras contribuintes do RPPS (fl.52):

1	Prefeitura Municipal de Mesquita
2	Câmara Municipal de Mesquita
3	Fundo Municipal de Saúde
4	Fundo Municipal de Educação

Em face das verificações realizadas, consideramos prudente solicitar esclarecimentos sobre a existência de contribuição ao RPPS dos servidores das unidades gestoras relacionadas abaixo, tendo em vista os dados extraídos da Prestação de Contas do Governo Municipal – TCE nº 218.903-6/20, que elencou unidades gestoras ausentes do Modelo 8 (fl. 52), a saber:

## UNIDADES GESTORAS

### Administração Direta

Fundo Municipal de Assistência Social  
Fundo Municipal de Apoio da Pessoa com Deficiência  
Fundo Municipal da Infância e Adolescência  
Fundo Municipal do Meio Ambiente  
Fundo Municipal de Transporte

### Administração Indireta

Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Mesquita –  
MESQUITAPREV

Fonte: Proc. TCE nº 218.903-6/20.

Portanto, avaliamos que a inconsistência em tela será considerada na proposta de encaminhamento deste exame preliminar.

## 10- DAS CONTRIBUIÇÕES DEVIDAS E EFETIVAMENTE REPASSADAS NO EXERCÍCIO AO RPPS

Da análise da documentação pertinente (Modelos 36 e 37 da Deliberação TCE-RJ nº 277/17), efetuou-se a verificação das seguintes questões normativas:

QUESTÕES NORMATIVAS		CONDIÇÃO			Fls.
		Sim	Não	NA	
10.1	O total devido de contribuições (regulares e suplementares) foi efetivamente repassado ao RPPS no exercício?	X			97/98
10.2	O total das contribuições dos servidores repassado ao RPPS guarda paridade, aproximadamente, com o valor registrado no Demonstrativo da Dívida Flutuante?		X		97/98, 14

NA - Não Aplicável

**Nota:** Registre-se que o modelo 37 (fl.98), aprovado pela Deliberação TCE-RJ nº 277/17, foi substituído por declaração de não ocorrência de contribuições suplementares.

Em face das verificações realizadas na documentação que integra os autos, constata-se:

Nº QUESTÃO NORMATIVA	DESCRIÇÃO
10.2	<p>Constata-se que o precário modelo de evidenciação contábil oferecido no Demonstrativo da Dívida Flutuante (fl.14) não possibilitou identificar a existência de paridade entre o total das contribuições dos servidores repassadas ao RPPS e o registrado no sobredito anexo XVII.</p> <p>✓ A inconsistência identificada será considerada no tópico proposta de encaminhamento.</p>

### 11- DAS CONTRIBUIÇÕES DEVIDAS E EFETIVAMENTE REPASSADAS NO EXERCÍCIO AO RGPS

Da análise da documentação pertinente (Modelos 38 da Deliberação TCE-RJ nº 277/17), efetuou-se a verificação das seguintes questões normativas:

QUESTÕES NORMATIVAS		CONDIÇÃO			Fls.
		Sim	Não	NA	
11.1	O total devido de contribuições (servidores e patronal) foi efetivamente repassado ao RGPS no exercício?	X			99
11.2	O total das contribuições dos servidores repassado ao RGPS guarda paridade, aproximadamente, com o valor registrado no Demonstrativo da Dívida Flutuante?		X		99, 14

NA - Não Aplicável

Em face das verificações realizadas na documentação que integra os autos, constata-se:

Nº QUESTÃO NORMATIVA	DESCRIÇÃO
11.2	<p>Constata-se que o evidenciado no Demonstrativo da Dívida Flutuante (fl.14) não guarda paridade com o total das contribuições dos servidores repassadas ao RGPS (fl.99), tendo em vista que o anexo XVII da L.F. 4320/64 aponta que ao longo do exercício foram baixados na conta <u>"INSS – Folha de Pagamento"</u> a importância de R\$ 3.680,35, o que representa o percentual de 6,96% do valor repassado ao RGPS no exercício, conforme o registrado no Modelo 38 da Deliberação TCE-RJ nº 277/17 (fl.99).</p> <p>✓ A inconsistência identificada será considerada no tópico proposta de encaminhamento.</p>

## 12- DAS CONTRIBUIÇÕES DEVIDAS E ARRECADADAS PELO RPPS

Da análise da documentação pertinente (Modelos 34 e 35 da Deliberação TCE-RJ nº 277/17), efetuou-se a verificação das seguintes questões normativas:

QUESTÕES NORMATIVAS		CONDIÇÃO			Fls.
		Sim	Não	NA	
12.1	O total devido de contribuições (regulares e suplementares) ao RPPS foi efetivamente arrecadado no exercício?		X		95/96
12.2	O montante das contribuições (regulares e suplementares), retidas e não arrecadados dentro do exercício pelo RPPS, foi devidamente registrado nos demonstrativos contábeis?		X		95/96

NA - Não Aplicável

**Nota:** Registre-se que o modelo 35 (fl.96), aprovado pela Deliberação TCE-RJ nº 277/17, foi substituído por declaração de não ocorrência de contribuições suplementares.

Em face das verificações realizadas na documentação que integra os autos, constata-se:

Nº QUESTÃO NORMATIVA	DESCRIÇÃO
12.1	Observa-se no demonstrativo, na forma do modelo 34, a existência de divergência entre o total de contribuições devidas e o total efetivamente repassado no período:
	<b>SERVIDORES</b>



### 13- DOS TERMOS DE PARCELAMENTOS

Da análise dos dados informados no Sistema de Informações dos Regimes Públicos de Previdência Social – CADPREV, obtidos no sítio eletrônico [www.cadprev.previdencia.gov.br](http://www.cadprev.previdencia.gov.br), efetuou-se a verificação das seguintes questões normativas:

QUESTÕES NORMATIVAS		CONDIÇÃO			Fls.
		Sim	Não	NA	
13.1	Existem Leis que autorizaram os acordos de parcelamento de débitos vigentes, originados das contribuições previdenciárias em atraso, apuradas e confessadas?		X		Dados extraídos do Sistema CADPREV /Acordo de Parcelamento
13.2	Existem valores a receber referentes a parcelamentos de débitos registrados nos demonstrativos contábeis?	X			106/116

- Não Aplicável

Registre-se que consta registrado no ativo do balancete analítico do MESQUITAPREV (fls. 106/116) os valores a receber de contribuições (parcelamentos) não repassadas pelas demais unidades gestoras.

Em face das verificações realizadas na documentação que integra os autos, constata-se:

Nº QUESTÃO NORMATIVA	DESCRIÇÃO
13.1	<p>Verifica-se que nos termos de parcelamentos aceitos nºs. 00215/2011 e 00468/2015, não há qualquer informação a respeito das leis autorizativas.</p> <p>No que concerne aos termos de reparcelamentos pendentes de assinatura nºs. 00001/2020 e 00002/2020, cumpre informar que os referidos estão amparados pela Lei nº 876, de 10 de março de 2015.</p> <p>✓ A inconsistência identificada será considerada no tópico proposta de encaminhamento.</p>

## 14- DA COBERTURA PARA O DÉFICIT ATUARIAL E FINANCEIRO

Da análise da documentação pertinente (Modelos 9 e 10 da Deliberação TCE-RJ nº 277/17), efetuou-se a verificação das seguintes questões normativas:

QUESTÕES NORMATIVAS		CONDIÇÃO			Fls.
		Sim	Não	NA	
14.1	As transferências recebidas pelo ente para cobertura do déficit atuarial foram registradas contabilmente?			X	53 (Nota)
14.2	As transferências recebidas pelo ente para cobertura do déficit financeiro foram registradas contabilmente?			X	161 (Nota)

- Não Aplicável

Nota: Registre-se que a documentação pertinente aos modelos 9 e 10 (fls.53 e 161), aprovados pela Deliberação TCE-RJ nº 277/17, foram substituídos por declaração de não ocorrência de transferências para cobertura de déficits (Atuarial e Financeiro).

Em face das verificações realizadas na documentação que integra os autos, não foram constatadas impropriedades/irregularidades.

## 15- DOS INVESTIMENTOS

Da análise da documentação pertinente (Modelo 11 da Deliberação TCE-RJ nº 277/17), efetuou-se a verificação da seguinte questão normativa:

QUESTÕES NORMATIVAS		CONDIÇÃO			Fls.
		Sim	Não	NA	
15.1	Os investimentos mantidos pelo RPPS estão de acordo com as normas definidas pela Resolução CMN nº 3.992/2010 ou alterações posteriores, conforme declaração do Modelo 11?	X			150
15.2	Os investimentos mantidos pelo RPPS encontram-se devidamente registrados contabilmente?	X			124/129, 150
15.3	Consta no Extrato Previdenciário a regularidade nos critérios relativos aos investimentos dos recursos previdenciários?	X			163

<b>15.4</b>	Foi elaborado relatório que definiu a política anual de investimentos, na forma estabelecida na Portaria MPS nº 519/2011 ou alterações posteriores?	X			59/90
<b>15.5</b>	Foram certificados os responsáveis pela gestão dos recursos do RPPS no exercício, na forma estabelecida pela Portaria MPS nº 519/2011 ou alterações posteriores?		X		91,101

NA – Não Aplicável

Observa-se que no lugar do Extrato Previdenciário foi remetida declaração, informando que a emissão do referido documento depende da regularização dos pagamentos dos repasses da parte patronal, conforme proc. nº 07/7043/20.

Por oportuno, consignamos que no último extrato retirado do CADPREV restaram evidenciados os critérios pendentes que inviabilizaram a emissão de novo certificado, os quais não abarcaram os critérios relativos aos investimentos dos recursos previdenciários do MESQUITAPREV, a saber:

**Último CRP: Nº 981116-133965, emitido em 28/07/2015, esteve vigente até 24/01/2016.**

**Regime Vigente : Próprio**

CRITÉRIO	SITUAÇÃO
Equilíbrio Financeiro e Atuarial – Encaminhamento - NTA, DRAA e resultados das análises	<b>IRREGULAR</b>
Adoção de Plano de Contas e dos procedimentos contábeis aplicados ao setor público	<b>IRREGULAR</b>
Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses - DIPR – Consistência e Caráter Contributivo	<b>IRREGULAR</b>
Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses - DIPR – Encaminhamento à SPPS	<b>IRREGULAR</b>
Observância dos limites de contribuição dos segurados e pensionistas	<b>IRREGULAR</b>
Encaminhamento da legislação à SPS	<b>IRREGULAR</b>
Concessão de benefícios não distintos do RGPS - previsão legal	<b>IRREGULAR</b>

Em face das verificações realizadas na documentação que integra os autos, constata-se:

Nº QUESTÃO NORMATIVA	DESCRIÇÃO
15.5	<p>Observa-se que <u>não foi encaminhada</u> a cópia do Ato que designou formalmente o servidor responsável pela gestão dos recursos do RPPS, no caso de gestão própria da execução da política de investimentos.</p> <p>No que concerne ao teor abrigado no item 37 do Anexo II da Deliberação TCE-RJ nº 277/17 (fl.101), verifica-se o envio da Lei Municipal nº 1118/19, a qual cuidou do percentual da taxa de administração aplicada ao MESQUITAPREV.</p> <p>Além disso, registre-se que foi remetida a cópia do Certificado do responsável pela gestão dos recursos do RPPS no exercício, na forma estabelecida pela Portaria MPS nº 519/2011, conforme o acostado à fl.91.</p> <p>✓ A inconsistência identificada será considerada no tópico proposta de encaminhamento.</p>

## 16- DO EXTRATO PREVIDENCIÁRIO E CERTIFICADO DE REGULARIDADE PREVIDENCIÁRIA

Examinando o **último extrato previdenciário emitido em 28/07/15**, com vigência até 24/01/16, referente ao CRP nº 981116-133965, efetuou-se a verificação das seguintes questões normativas:

QUESTÕES NORMATIVAS		CONDIÇÃO			Fls.
		Sim	Não	NA	
16.1	O município encontra-se em situação regular nos critérios estabelecidos pela Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia?		X		92, 162/163, Documentos Anexados: Extrato extraído do CADPREV e o último CRP emitido, anexado em 18/09/2021.

QUESTÕES NORMATIVAS		CONDIÇÃO			Fls.
		Sim	Não	NA	
16.2	O Certificado de Regularidade Previdenciária foi emitido?		X		162, Documentos Anexados: Extrato extraído do CADPREV e o último CRP emitido, anexado em 18/09/2021.

NA – Não Aplicável

Em face das verificações realizadas na documentação que integra os autos, constata-se:

Nº QUESTÃO NORMATIVA	DESCRIÇÃO																
16.1 e 16.2	<p>Verifica-se que o argumento disponibilizado (fls.92,162/163) foi insuficiente para o atendimento das questões normativas propostas, conforme reproduzido a seguir:</p> <p>No tocante ao extrato previdenciário e o CRP – Certificado de Regularidade Previdenciária, estamos regularizando o pagamento dos repasses patronal, através de parcelamento com a Municipalidade, conforme processo 07/7043/20, que deverá ser celebrado até o final do ano.</p> <p>Isto posto, consignamos que o extrato retirado do CADPREV demonstra os critérios pendentes que inviabilizam a emissão de novo certificado, a saber:</p> <p><b>Último CRP:</b> Nº 981116-133965, emitido em 28/07/2015, <b>esteve vigente</b> até 24/01/2016</p> <p><b>Regime Vigente:</b> Próprio</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>CRITÉRIO</th><th>SITUAÇÃO</th></tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Equilíbrio Financeiro e Atuarial – Encaminhamento - NTA, DRAA e resultados das análises</td><td>IRREGULAR</td></tr> <tr> <td>Adoção de Plano de Contas e dos procedimentos contábeis aplicados ao setor público</td><td>IRREGULAR</td></tr> <tr> <td>Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses - DIPR – Consistência e Caráter Contributivo</td><td>IRREGULAR</td></tr> <tr> <td>Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses - DIPR – Encaminhamento à SPPS</td><td>IRREGULAR</td></tr> <tr> <td>Observância dos limites de contribuição dos segurados e pensionistas</td><td>IRREGULAR</td></tr> <tr> <td>Encaminhamento da legislação à SPS</td><td>IRREGULAR</td></tr> <tr> <td>Concessão de benefícios não distintos do RGPS - previsão legal</td><td>IRREGULAR</td></tr> </tbody> </table> <p>Diante do quadro examinado e <b>considerando que não foi emitido o CRP - Certificado de Regularidade Previdenciária</b>, <u>avaliamos que será apropriado solicitar esclarecimentos</u>, na proposta de encaminhamento, <u>acerca das providências adotadas para a regularização das pendências apuradas neste tópico.</u></p>	CRITÉRIO	SITUAÇÃO	Equilíbrio Financeiro e Atuarial – Encaminhamento - NTA, DRAA e resultados das análises	IRREGULAR	Adoção de Plano de Contas e dos procedimentos contábeis aplicados ao setor público	IRREGULAR	Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses - DIPR – Consistência e Caráter Contributivo	IRREGULAR	Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses - DIPR – Encaminhamento à SPPS	IRREGULAR	Observância dos limites de contribuição dos segurados e pensionistas	IRREGULAR	Encaminhamento da legislação à SPS	IRREGULAR	Concessão de benefícios não distintos do RGPS - previsão legal	IRREGULAR
CRITÉRIO	SITUAÇÃO																
Equilíbrio Financeiro e Atuarial – Encaminhamento - NTA, DRAA e resultados das análises	IRREGULAR																
Adoção de Plano de Contas e dos procedimentos contábeis aplicados ao setor público	IRREGULAR																
Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses - DIPR – Consistência e Caráter Contributivo	IRREGULAR																
Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses - DIPR – Encaminhamento à SPPS	IRREGULAR																
Observância dos limites de contribuição dos segurados e pensionistas	IRREGULAR																
Encaminhamento da legislação à SPS	IRREGULAR																
Concessão de benefícios não distintos do RGPS - previsão legal	IRREGULAR																

## 17- DO ESTUDO ATUARIAL

Da análise da documentação pertinente, efetuou-se a verificação das seguintes questões normativas:

QUESTÕES NORMATIVAS		CONDIÇÃO			Fls.
		Sim	Não	NA	
17.1	Foi realizada Avaliação Atuarial no exercício?		X		56
17.2	A Avaliação Atuarial Anual foi realizada com data focal em 31 de dezembro do exercício findo?			X	56
17.3	O passivo atuarial constante na Avaliação Atuarial guarda paridade com o registro no passivo não circulante do Balanço Patrimonial?			X	56
17.4	Foram sugeridas medidas visando garantir o equilíbrio financeiro e atuarial do ente?			X	56

NA – Não Aplicável

Em face das verificações realizadas na documentação que integra os autos, constata-se:

Nº QUESTÃO NORMATIVA	DESCRIÇÃO
17.1 à 17.4	<p>Observa-se que o conteúdo oferecido (fl.56) foi insuficiente para o atendimento das questões normativas propostas, uma vez que a manifestação apresentada cuidou de confirmar que o item documental (Relatório de Avaliação Atuarial) está sendo providenciado.</p> <p>Em face do examinado, <u>consideramos necessário solicitar</u>, na proposta de encaminhamento, <u>o envio da cópia do Relatório de Avaliação Atuarial</u> realizado por técnico habilitado ou entidade independente e legalmente habilitada, referente à data-base de avaliação do encerramento do exercício a que se refere a prestação de contas.</p>

## 18- DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Da análise da documentação pertinente (Modelos 12 e 13 da Deliberação TCE-RJ nº 277/17), efetuou-se a verificação das seguintes questões normativas:

QUESTÕES NORMATIVAS		CONDIÇÃO			Fls.
		Sim	Não	NA	
18.1	A taxa de Administração foi estabelecida em lei em até dois pontos percentuais do valor das remunerações, proventos e pensões dos segurados vinculados ao RPPS, relativo ao exercício financeiro anterior, conforme artigo 15 da Portaria 402/08?	X			57/58, 101
18.2	Foi observada a taxa de administração fixada para cobertura das despesas administrativas, conforme artigo 15 da Portaria 402/08?		X		57/58

NA – Não Aplicável

Em face das verificações realizadas na documentação que integra os autos, constata-se:

Nº QUESTÃO NORMATIVA	DESCRIÇÃO												
18.2	<p>Constata-se no Demonstrativo do Limite de Despesas Administrativas do RPPS (fl.58), que o MESQUITAPREV realizou despesas administrativas <b>acima do limite de despesas fixado na legislação do RPPS</b> (art. 92 da Lei nº 1.118/19, fl.101).</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Descrição</th><th>Valor (R\$)</th></tr> </thead> <tbody> <tr> <td>(A) Total da base de cálculo para fins de apuração do limite de despesas administrativas do RPPS (extraído do Modelo 12, fl.57)</td><td>68.198.041,36</td></tr> <tr> <td>(B) Percentual fixado na legislação do RPPS para Taxa Administrativa (1%) – Lei nº 1.118/19, art.92 (fl.101)</td><td>1%</td></tr> <tr> <td>(C) Limite de Despesas Administrativas do RPPS (C= A x B)</td><td>681.980,41</td></tr> <tr> <td>(D) Despesas Administrativas Empenhadas</td><td>1.006.159,75</td></tr> <tr> <td>(E) <b>Excedente de Gastos no Exercício</b> (E= D - C)</td><td><b>324.179,34</b></td></tr> </tbody> </table> <p>✓ A inconsistência identificada será considerada no tópico proposta de encaminhamento.</p>	Descrição	Valor (R\$)	(A) Total da base de cálculo para fins de apuração do limite de despesas administrativas do RPPS (extraído do Modelo 12, fl.57)	68.198.041,36	(B) Percentual fixado na legislação do RPPS para Taxa Administrativa (1%) – Lei nº 1.118/19, art.92 (fl.101)	1%	(C) Limite de Despesas Administrativas do RPPS (C= A x B)	681.980,41	(D) Despesas Administrativas Empenhadas	1.006.159,75	(E) <b>Excedente de Gastos no Exercício</b> (E= D - C)	<b>324.179,34</b>
Descrição	Valor (R\$)												
(A) Total da base de cálculo para fins de apuração do limite de despesas administrativas do RPPS (extraído do Modelo 12, fl.57)	68.198.041,36												
(B) Percentual fixado na legislação do RPPS para Taxa Administrativa (1%) – Lei nº 1.118/19, art.92 (fl.101)	1%												
(C) Limite de Despesas Administrativas do RPPS (C= A x B)	681.980,41												
(D) Despesas Administrativas Empenhadas	1.006.159,75												
(E) <b>Excedente de Gastos no Exercício</b> (E= D - C)	<b>324.179,34</b>												

**19- DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA**

Da análise da documentação pertinente (Modelo 14 da Deliberação TCE-RJ nº 277/17), efetuou-se a verificação das seguintes questões normativas:

QUESTÕES NORMATIVAS		CONDIÇÃO			Fls.
		Sim	Não	NA	
19.1	Foram adotadas medidas pelo município com a finalidade de receber do RGPS (INSS) a compensação financeira a que o RPPS tem direito, na condição de regime instituidor, nas hipóteses de contagem recíproca de tempos de contribuição para efeitos de aposentadoria, obedecidas as normas da Lei Federal nº 9.796/99, regulamentado pelo Decreto nº 3.112/99, ou alterações posteriores?		X		94 (Nota)
19.2	O anexo 10 da Lei Federal 4.320/64 evidencia arrecadação a título de compensação previdenciária?			X	94 (Nota)

NA – Não Aplicável

**Nota:** Registre-se que a documentação pertinente ao modelo 14 (fl.94), aprovado pela Deliberação TCE-RJ nº 277/17, foi substituída por declaração de não ocorrência de montantes recebidos e pagos a título de compensação financeira no exercício.

Em face das verificações realizadas na documentação que integra os autos, constata-se:

Nº QUESTÃO NORMATIVA	DESCRIÇÃO
19.1	<p>Tendo em vista o declarado, solicitaremos esclarecimentos quanto à ausência de adoção de medidas pelo município, com a finalidade de receber do RGPS (INSS) a compensação financeira a que o RPPS tem direito, na condição de regime instituidor, nas hipóteses de contagem recíproca de tempos de contribuição para os benefícios concedidos a partir de 06/05/1999, obedecidas às normas da Lei Federal nº 9.796/99, regulamentado pelo Decreto nº 3.112/99, ou alterações posteriores.</p> <p>✓ A inconsistência identificada será considerada no tópico proposta de encaminhamento.</p>



## 20- DOS PARECERES DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS E ENTIDADES

Da análise da documentação pertinente, efetuou-se a verificação da seguinte questão normativa:

QUESTÕES NORMATIVAS		CONDIÇÃO			Fls.
		Sim	Não	NA	
20.1	O parecer dos órgãos colegiados e entidades que devam se pronunciar sobre as contas foi favorável?		X		DOC. Anexo nº 35.803-7/20 (data de cadastramento no sistema 16/12/20)

NA – Não Aplicável

Em face das verificações realizadas na documentação que integra os autos, constata-se:

Nº QUESTÃO NORMATIVA	DESCRIÇÃO
20.1	<p>No que tange a prestação de contas do MESQUITAPREV, o Conselho Fiscal emitiu parecer que apontou graves inconsistências, as quais seguem reportadas a seguir:</p> <div> <p>Considerando pagamentos efetuados sem prévio empenho e ciência desse conselho Sem registros contábeis e com um processo não encontrado, (até a presente data) Como foi o caso do processo de compensação financeira da Drª Marli Soares Braga – “processo originado pelo ofício nº 091/2019/SEMAD-RH. Em 19/03/19 Demonstrado em planilha em anexo.</p> <p>Considerando que foram saídas de valores expressivos e sem haver nenhum tipo de compensação, visto que a prefeitura estava devendo esses valores. Desde o ano de 2017.</p> <p>Considerando a contratação de uma empresa (Estrutural Asset Assessoria Técnica Contábil em Administração Pública S/S LTDA) para a execução de serviços contábeis, contratação esta que não foi aprovada por este conselho e mesmo assim, Sr Murilo firmou contrato com essa empresa. Vale ressaltar que essa empresa foi contratada por um valor exorbitante, desperdício de dinheiro público e sem interesse público nesta contratação.</p> <p>Considerando ter havido inconsistências contábeis encontradas pelo Conselho Fiscal e sinalizadas pela responsável do setor contábil deste Instituto de Previdência, Srª Renata Reis. Declarado no relatório Mod 4 /Fl. 74 do processo de Prestação de Contas, enviado ao TCE.</p> <p>Considerando a ausência de Avaliação Atuarial, previsto na Lei Federal nº 9.717/98, que deve ser efetuada em cada exercício, de forma a serem mensuradas as variações nas hipóteses atuariais, nos dados financeiros e cadastrais ocorridas no período.</p> </div>

Considerando que este conselho não teve acesso aos relatórios contábeis/administrativos mensais solicitados no exercício de 2019 para acompanhar e fiscalizar em tempo real a gestão do Diretor Presidente, Sr Murilo Sanches Rodrigues.

Considerando após análises do Conselho Fiscal e no relatório

Diante dos fatos mencionados acima, o Conselho Fiscal do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Mesquita-Mesquitaprev, **REPROVA** as Contas do Sr Murilo Sanches Rodrigues ref. ao exercício de 2019.

Assim, consideramos oportuno solicitar esclarecimentos, na proposta de encaminhamento, sobre o parecer desfavorável emitido pelo Conselho fiscal, o qual apontou às inconsistências acima.

## 21- DA PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

Em face do exposto, sugere-se **EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO**, previsto no artigo 5º, § 2º da Deliberação TCE-RJ nº 277/17, para que, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, o jurisdicionado encaminhe os seguintes documentos e esclarecimentos:

### DOCUMENTOS

- 1) Cadastros dos Responsáveis, com período de gestão de cada responsável, conforme Modelo 1 da Deliberação TCE/RJ nº 277/17, dos responsáveis elencados abaixo, de acordo com §§ 1º, 2º, e 4º, artigo 10 desta Deliberação TCE nº 277/17:

- Responsável pelo encaminhamento das Contas, Sr. Leandro Machado Ferreira;
- Responsável pelo Órgão de Controle Interno, Sr. Nicola Fabiano Palmieri.

- 2) Relatório elaborado pelo órgão de controle interno competente, com conteúdo mínimo previsto no Modelo 3B desta Deliberação, além de outros considerados na abordagem baseada em risco para definição do escopo da auditoria e da natureza e extensão dos procedimentos aplicados, acompanhado de Certificado de Auditoria, com parecer conclusivo sobre a regularidade ou irregularidade das contas dos responsáveis;
- 3) Cópia do Relatório de Avaliação Atuarial realizado por técnico habilitado ou entidade independente e legalmente habilitada, referente à data-base de avaliação do encerramento do exercício a que se refere a prestação de contas (31/12/2019), observados os parâmetros gerais para a organização e revisão do plano de custeio e benefícios;
- 4) Cópia do ato que designou formalmente o servidor responsável pela gestão dos recursos do RPPS, no caso de gestão própria da execução da política de investimentos, acompanhado da comprovação de que este foi aprovado em exame de certificação organizado por entidade autônoma de reconhecida capacidade técnica com difusão no mercado brasileiro de capitais, conforme exigência da Portaria MPS nº 519/2011 ou alterações posteriores;

## **ESCLARECIMENTOS**

- 1) Quanto à conta contábil denominada “*Perdas em Aplicações Financeiras*”, compreendida pelo subgrupo contábil “*Interferências Financeiras*” do Balanço Financeiro, na importância de R\$ 3.949.557,28, na medida em que não vislumbramos amparo hábil da parte V do DCASP (itens 3.2, 3.3 e 3.4), abarcado pelo MCASP 8ª edição (válido a partir do exercício de 2019), para o uso da nomenclatura “*Interferências Financeiras*”, bem como será oportuno elucidar se o expressivo valor registrado na conta contábil “Perdas em Aplicações Financeiras” representa efetivo desembolso financeiro;

- 
- 2) Quanto ao saldo divergente, no valor de R\$ 78.843,59, entre as disponibilidades do exercício anterior demonstrado neste Balanço Financeiro, na soma de R\$ 125.674.627,65, e o saldo final da prestação de contas do exercício anterior (Proc. TCE nº 242.747-9/19), na importância de R\$ 125.753.471,24;
- 3) Quanto ao Quadro Auxiliar das Disponibilidades Financeiras apresentar divergência expressiva em relação ao saldo disponível para o exercício seguinte do Balanço Financeiro, tendo em vista que deixaram de ser informados, no sobredito quadro auxiliar, os valores de aplicações de curto prazo (temporários) mantidos em instituições financeiras, no valor agregado de R\$ 126.063.013,47;
- 4) Quanto ao total do saldo contábil em 31.12, apontado no Quadro Auxiliar das Disponibilidades Financeiras, divergir significativamente do demonstrado nos registros do Ativo Circulante (Balanço Patrimonial), tendo em vista que deixaram de ser informados, no sobredito quadro auxiliar, os valores de aplicações de curto prazo (temporários), no valor agregado de R\$ 126.063.013,47;

- 5) Quanto aos débitos, originados no exercício, em valores expressivos, constantes no Quadro I do Modelo 2, não se encontrarem satisfatoriamente justificados nos autos sobre os reais motivos das transferências, a saber:

Conta bancária CEF nº 5-6					
Quadro I – Débitos					
Relativo ao Exercício Referência					
Data	do	evento:	Histórico:	Transf.	p/ Valor:
06/06/2019			Prefeitura		R\$8.891.001,05
Data	do	evento:	Histórico:	Transf.	p/ Valor:
06/08/2019			Prefeitura		R\$3.380.299,95
Data	do	evento:	Histórico:	Transf.	p/ Valor:
12/12/2019			Prefeitura		R\$2.076.051,11

Conta bancária CEF nº 17-0					
Quadro I – Débitos					
Relativo ao Exercício Referência					
Data	do	evento:	Histórico:	Transf.	p/ Valor:
07/06/2019			Prefeitura		R\$3.091.013,67
Data	do	evento:	Histórico:	Transf.	p/ Valor:
05/09/2019			Prefeitura		R\$812.509,31

- 6) Quanto à ausência de informação nos autos a respeito da regularização do débito, originado em exercícios anteriores, ou justificativa quanto a não regularização do mesmo, a saber:

Conta bancária CEF nº 5-6					
Quadro I – Débitos					
Relativo ao Exercícios Anteriores					
Data	do	evento:	Histórico:	Transf.	p/ Valor:
05/12/2018			Prefeitura		R\$6.356.375,14

- 7) Quanto à baixa (por pagamento) da rubrica Restos a Pagar evidenciada no Balanço Financeiro apresentar divergência, na importância de R\$ 293,44, com o registrado nos Anexos 1 e 2 que complementam o Balanço Orçamentário;

- 8) Quanto ao Demonstrativo da Dívida Flutuante evidenciar que as retenções previdenciárias ao RGPS não estão sendo repassadas com regularidade a quem de direito, haja vista que o valor baixado junto ao INSS, no valor de R\$ 3.680,35, representa o baixo percentual de 18,95% do montante registrado no exercício anterior adicionado ao quantitativo inscrito no período;
- 9) Quanto ao saldo evidenciado no Demonstrativo da Dívida Flutuante divergir, no valor de R\$ 1.343.796,22, do saldo registrado no Passivo Financeiro do Balanço Patrimonial;
- 10) Quanto ao Balanço Patrimonial apresentar o comportamento atípico das contas contábeis nºs: 2.3.7.1.1.02.00.00.00 - SUPERAVITS ou DEFICITS DE EXERCICIOS ANTERIORES e 2.3.7.1.1.03.00.00.00 – AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES, uma vez que as aludidas contas evidenciam que o saldo escriturado na coluna do exercício anterior é idêntico ao valor registrado na coluna exercício atual, ou seja, não ocorreu qualquer modificação durante 2 (dois) exercícios consecutivos, conforme o demonstrado abaixo:

Contas do grupo contábil Patrimônio Líquido	Exercício Atual (2019)	Exercício Anterior (2018)
2.3.7.1.1.02.00.00.00 - SUPERAVITS ou DEFICITS DE EXERCICIOS ANTERIORES	R\$27.643.951,06	R\$27.643.951,06
2.3.7.1.1.03.00.00.00 – AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	R\$78.154,17	R\$78.154,17

11) Quanto ao Resultado do Exercício evidenciado no Balanço Patrimonial divergir, no valor de R\$ 8.342.957,99, do informado na Demonstração das Variações Patrimoniais, haja vista que o acréscimo incorporado ao Patrimônio Líquido do RPPS alcançou a soma de R\$ 28.868.922,44, ou seja, um valor bem superior ao resultado patrimonial extraído da DVP, na importância de R\$ 20.525.964,45 conforme o demonstrado a seguir:

(A) Patrimônio Líquido do Exercício Anterior	R\$ 100.191.897,17
(B) Patrimônio Líquido do Exercício Atual	R\$ 129.060.819,61
<b>(C) Incremento (B-A)</b>	<b>R\$ 28.868.922,44</b>
(D) Resultado Patrimonial extraído da DVP	R\$ 20.525.964,45
<b>(E) Diferença (C-D)</b>	<b>R\$8.342.957,99</b>

12) Quanto ao valor apurado como Patrimônio Líquido divergir, na importância de R\$ 8.264.803,82, do PL demonstrado no Balanço Patrimonial, a saber:

Tabela 6 - Conferência do Patrimônio Líquido - PL	
Variações Patrimoniais Quantitativas	Valor (R\$)
Variações Patrimoniais Aumentativas	27.999.661,41
Variações Patrimoniais Diminutivas	7.473.696,96
<b>Resultado Patrimonial do Período (A)</b>	<b>20.525.964,45</b>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO - PL	
Resultado Acumulado do Exercício Anterior (B)	100.191.897,17
Ajustes de exercícios Anteriores (C)	78.154,17
Resultado Acumulado Apurado (D) = (A+B+C)	120.796.015,79
<b>Total do Patrimônio Líquido Apurado (D)</b>	<b>120.796.015,79</b>
<b>Total do Patrimônio Líquido (Extraído BP) (E)</b>	<b>129.060.819,61</b>
<b>Diferença (F) = (D)-(E)</b>	<b>-8.264.803,82</b>

13) Quanto ao Saldo Patrimonial apurado não estar condizente, no valor de R\$ 1.139.031,54, com aquele registrado no Balanço Patrimonial, a saber:

Tabela 7 - Conferência do Saldo Patrimonial - Lei Federal nº 4.320/64	
Descrição	Valor (R\$)
(A) Patrimônio Líquido - BP	129.060.819,61
(B) SALDO de Restos a Pagar Não Processados a Liquidar em 31/12	750.786,88
(C) Saldo Patrimonial Apurado (A) - (B)	128.310.032,73
(D) Saldo Patrimonial Evidenciado no Balanço Patrimonial	127.171.001,19
Diferença (E) = (C) - (D)	1.139.031,54

14) Quanto à composição e os esclarecimentos acerca dos valores registrados na rubrica "Ajuste de Exercícios Anteriores", no valor de R\$78.154,17;

15) Quanto ao Responsável pelo Setor Contábil não atestar a regularidade dos pontos de controle constantes do Relatório, bem como esclarecer sobre quais medidas foram efetivamente adotadas para regularização dos sobreditos pontos, a saber:

**PONTOS DE CONTROLE SEM REGULARIDADE APONTADOS NA DECLARAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELO SETOR CONTÁBIL**

1. A regularidade da execução orçamentaria da despesa;
2. A paridade do saldo do ativo em caixa e equivalentes de caixa, investimentos e aplicações com o controle apresentado pela Tesouraria;
3. A identificação e regularização dos débitos e créditos não contabilizados, nas conciliações bancárias, originados no exercício;
4. A identificação e regularização dos débitos e créditos não contabilizados, nas conciliações bancárias, de exercícios anteriores;
5. A inexistência de ilegalidades ou irregularidades, bem como falhas que tenham causado ou possam causar prejuízo ao erário.



16) Quanto aos servidores das unidades gestoras municipais, elencadas na tabela abaixo, participarem como contribuintes do RPPS, conforme dados extraídos da Prestação de Contas do Governo Municipal – TCE nº 218.903-6/20, pois as sobreditas unidades gestoras não integraram o Modelo 8, a saber:

UNIDADES GESTORAS DE MESQUITA
Fundo Municipal de Assistência Social
Fundo Municipal de Apoio da Pessoa com Deficiência
Fundo Municipal da Infância e Adolescência
Fundo Municipal do Meio Ambiente
Fundo Municipal de Transporte
Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Mesquita – MESQUITAPREV

17) Quanto ao total das contribuições previdenciárias regulares (servidores e patronal) devidas e efetivamente repassadas ao RPPS no exercício, conforme Modelo 36, não conferir com o registrado nos demonstrativos contábeis do RPPS, tendo em vista o precário modelo de evidenciação contábil, oferecido no Demonstrativo da Dívida Flutuante - Anexo XVII da Lei Federal nº 4320/64 (fl.14) inviabilizou a possibilidade de aferir a existência da paridade em questão;

18) Quanto ao total das contribuições previdenciárias (servidores e patronal) devidas e efetivamente repassadas ao RGPS no exercício, conforme Modelo 38, não conferirem com o registrado nos demonstrativos contábeis do MESQUITAPREV, tendo em vista que o Demonstrativo da Dívida Flutuante aponta que ao longo do exercício foram baixados na conta “INSS – Folha de Pagamento” a importância de R\$ 3.680,35, o que representa o percentual de 6,96% do valor repassado ao RGPS no exercício, conforme o registrado no Modelo 38 da Deliberação TCE-RJ nº 277/17;

19) Quanto às providências visando o repasse das contribuições previdenciárias pendentes da parte patronal (Modelo 34), no total de R\$ 10.348.249,67;

20) Quanto ao total das contribuições previdenciárias regulares (servidores e patronal), devidas e efetivamente arrecadadas, conforme Modelo 34, não conferirem com o registrado nos demonstrativos contábeis do RPPS, a saber:

**SERVIDORES**

	Valor (R\$)
1) Total da contribuição <b>devida</b> dos servidores (segurados) no exercício de 2019, conforme demonstrativo (modelo 34) de fls. 95.	6.980.189,16
2) Total das contribuições <b>repassadas</b> servidores segurados no exercício de 2019, conforme demonstrativo (modelo 34) de fl. 95.	6.980.189,16
<b>Quantitativo não repassado no período (1-2)</b>	<b>0,00</b>
3) Valor registrado no Anexo 10 da Lei nº 4320/64 do MESQUITAPREV (fl.04/05)	8.742.188,24
<b>DIFERENÇA (3-2)</b>	<b>1.761.999,08</b>

**PATRONAL**

	Valor (R\$)
1) Total da contribuição <b>devida</b> da parte Patronal no exercício de 2019, conforme demonstrativo (modelo 34) de fls. 95.	10.454.555,22
2) Total das contribuições <b>repassadas</b> da parte Patronal no exercício de 2019, conforme demonstrativo (modelo 34) de fl. 95.	106.305,55
<b>Quantitativo não repassado no período (1-2)</b>	<b>10.348.249,67</b>
3) Valor registrado no Anexo 10 da Lei nº 4320/64 do MESQUITAPREV (fl.04/05)	0,00
<b>DIFERENÇA (3-2)</b>	<b>-106.305,55</b>

21) Quanto aos recursos das contribuições previdenciárias regulares (servidores e patronal), retidas e não repassadas, não terem sido devidamente registradas nos demonstrativos contábeis, tendo em vista que os aludidos recursos não estão suficientemente evidenciados ou devidamente escriturados nos demonstrativos contábeis do MESQUITAPREV, conforme o demonstrado no Balanço Patrimonial analítico (fls.124/129);

22) Quanto à ausência de Leis que autorizem acordos para os parcelamentos dos débitos vigentes, originados das contribuições previdenciárias em atraso, tendo em vista que não há qualquer informação a respeito das leis autorizativas nos termos de parcelamentos aceitos nºs. 00215/2011 e 00468/2015;

23) Quanto ao RPPS municipal não se encontrar em situação regular nos critérios estabelecidos pela Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, bem como esclarecer sobre quais medidas foram efetivamente adotadas para regularização dos sobreditos critérios, a saber:

CRITÉRIO	SITUAÇÃO
Equilíbrio Financeiro e Atuarial – Encaminhamento - NTA, DRAA e resultados das análises	IRREGULAR
Adoção de Plano de Contas e dos procedimentos contábeis aplicados ao setor público	IRREGULAR
Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses - DIPR – Consistência e Caráter Contributivo	IRREGULAR
Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses - DIPR – Encaminhamento à SPPS	IRREGULAR
Observância dos limites de contribuição dos segurados e pensionistas	IRREGULAR
Encaminhamento da legislação à SPS	IRREGULAR
Concessão de benefícios não distintos do RGPS - previsão legal	IRREGULAR

24) Quanto às medidas adotadas pelo MESQUITAPREV com vistas à indispensável regularização da emissão periódica do Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP, perante a Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, tendo em vista que a validade do último CRP do Município de Mesquita expirou em 24/01/2016;

25) Quanto ao não cumprimento da taxa de administração fixada para cobertura das despesas administrativas, conforme artigo 15 da Portaria 402/08, tendo em vista que o MESQUITAPREV realizou despesas administrativas que ultrapassaram o limite fixado pela legislação do RPPS (art.92 da Lei nº 1.118/19, fl.101), segundo o reportado abaixo:

Descrição	Valor (R\$)
(A) Total da base de cálculo para fins de apuração do limite de despesas administrativas do RPPS (extraído do Modelo 12, fl.57)	68.198.041,36
(B) Percentual fixado na legislação do RPPS para Taxa Administrativa (1%) – Lei nº 1.118/19, art.92 (fl.101)	1%
(C) Limite de Despesas Administrativas do RPPS (C= A x B)	681.980,41
(D) Despesas Administrativas Empenhadas	1.006.159,75
(E) <b>Excedente de Gastos no Exercício</b> (E= D - C)	<b>324.179,34</b>

26) Quanto à ausência de adoção de medidas pelo município com a finalidade de receber do RGPS (INSS) a compensação financeira a que o RPPS tem direito, na condição de regime instituidor, nas hipóteses de contagem recíproca de tempos de contribuição para os benefícios concedidos a partir de 06/05/1999, obedecidas as normas da Lei Federal nº 9.796/99, regulamentado pelo Decreto nº 3.112/99, ou alterações posteriores;

27) Quanto ao parecer do Conselho Fiscal se pronunciar pela reprovação das Contas do exercício, indicando as seguintes impropriedades e irregularidades:

Considerando pagamentos efetuados sem prévio empenho e ciência desse conselho Sem registros contábeis e com um processo não encontrado, (até a presente data) Como foi o caso do processo de compensação financeira da Drª Marli Soares Braga – “processo originado pelo ofício nº 091/2019/SEMAD-RH. Em 19/03/19 Demonstrado em planilha em anexo.

Considerando que foram saídas de valores expressivos e sem haver nenhum tipo de compensação, visto que a prefeitura estava devendo esses valores. Desde o ano de 2017.

Considerando a contratação de uma empresa (Estrutural Asset Assessoria Técnica Contábil em Administração Pública S/S LTDA) para a execução de serviços contábeis, contratação esta que não foi aprovada por este conselho e mesmo assim, Sr Murilo firmou contrato com essa empresa. Vale ressaltar que essa empresa foi contratada por um valor exorbitante, desperdício de dinheiro público e sem interesse público nesta contratação.

Considerando ter havido inconsistências contábeis encontradas pelo Conselho Fiscal e sinalizadas pela responsável do setor contábil deste Instituto de Previdência, Srª Renata Reis. Declarado no relatório Mod 4 /Fl. 74 do processo de Prestação de Contas, enviado ao TCE.

Considerando a ausência de Avaliação Atuarial, previsto na Lei Federal nº 9.717/98, que deve ser efetuada em cada exercício, de forma a serem mensuradas as variações nas hipóteses atuariais, nos dados financeiros e cadastrais ocorridas no período.

Considerando que este conselho não teve acesso aos relatórios contábeis/administrativos mensais solicitados no exercício de 2019 para acompanhar e fiscalizar em tempo real a gestão do Diretor Presidente, Sr Murilo Sanches Rodrigues.

Considerando após análises do Conselho Fiscal e no relatório

Diante dos fatos mencionados acima, o Conselho Fiscal do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Mesquita-Mesquitaprev, **REPROVA** as Contas do Sr Murilo Sanches Rodrigues ref. ao exercício de 2019.

**1ªCAC, 18/09/2021**

**CARLOS DAMIÃO DA COSTA RODRIGUES**  
Assistente  
Matrícula 02/003423

---

**Senhor Subsecretário-Adjunto da SUB-CONTAS,**

Em face da análise procedida por esta Coordenadoria e concordando com a sugestão constante da conclusão, encaminho-lhe o presente processo, em prosseguimento.

**1ªCAC, 18/09/2021**

**DIEGO RAMOS FERREIRA DA SILVA**  
**Coordenador-Geral**  
**Matrícula 02/004310**

**Senhor Coordenador-Geral da CGC,**

Com base na Deliberação TCE-RJ nº 311, de 6 de maio de 2020, publicado no D.O.RJ de 8 de maio de 2020 e na Portaria SGE nº 04, de 9 de junho de 2020, publicada no D.O.RJ de 10 de junho de 2020, remeto os autos à Vossa Senhoria para fins de expedição de ofício nos termos propostos.

**SUB-CONTAS, 18/09/2021**

**JULIO CESAR DOS SANTOS MARTINS**  
**Subsecretário-Adjunto**  
**Matrícula 02/003536**